

Vistoria do TCE indica problema com AVCB em 87% das escolas

Vistoria do TCE indica problema com AVCB em 87% das escolas

Tribunal visitou 23 unidades da região e constatou irregularidades no laudo emitido pelos bombeiros que atesta segurança nas edificações

THAINÁ LANA
thainalana@dgabccom.br

Falta de segurança nas escolas públicas da região. Esse foi o principal problema encontrado pelos técnicos do TCE (Tribunal de Contas do Estado) nas instituições de ensino de seis cidades do Grande ABC – a exceção é Rio Grande da Serra, que não teve nenhuma unidade vistoriada. Das 23 escolas, 20 estão funcionando sem o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), documento que certifica que a edificação possui todas as medidas de segurança contra prevenção e combate a incêndio.

Segundo relatório do tribunal de contas, 18 escolas do

Grande ABC estão com o documento fora do prazo de validade e outras duas unidades sequer possuem o AVCB – veja a relação das unidades ao lado. Isso significa que os locais não são fiscalizados pelos bombeiros há pelo menos três anos – tempo de duração do certificado no Estado. Apenas três instituições de ensino da região, duas em Santo André e uma em Mauá, possuem o documento no prazo de validade.

Coronel da reserva e ex-comandante do 8º GB (Grupo de Bombeiros), responsável pela região, Eduardo Drigo da Silva ressalta que a certificação é uma medida de segurança contra incêndios que exige que sejam disponibilizadas

rotas de fugas, sinalização para saídas de emergências, extintores, luz de incêndio, além de outros equipamentos e ações que devem ser realizadas pela unidade escolar para garantir a segurança dos alunos.

A falta ou irregularidade do documento nas instituições podem estar ligadas ao baixo orçamento destinado às escolas, conforme ressalta o ex-comandante – o valor do certificado varia de acordo com o tamanho da unidade, partindo de R\$ 800. “No tempo em que atuei na corporação foi possível perceber a dificuldade que algumas escolas possuem para poder solicitar a regularização do AVCB por conta do baixo orçamento. As unidades públicas

CERTIFICAÇÃO DOS BOMBEIROS

CIDADE	Nome	Status
SANTO ANDRÉ	Emef Darcy Ribeiro	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Sônia Aparecida Marques	<input checked="" type="checkbox"/>
	EE Dr. Américo Brasiliense	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Silvia Orthof	<input checked="" type="checkbox"/>
SÃO BERNARDO	Emef Florestan Fernandes Professor	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Italo Damiani	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Ideoro Battistin	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Luiza Maria de Farias	<input checked="" type="checkbox"/>
SÃO CAETANO	Emef Angelo Rafael Pellegrino	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Bartolomeu Bueno da Silva	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Dom Benedito Paulo Alves de Souza	<input checked="" type="checkbox"/>
SÃO PAULO	Emef Luiz Olimo Tortorello	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Professor Paulo Freire	<input checked="" type="checkbox"/>
DIADEMA	EE José Marcato	<input checked="" type="checkbox"/>
	EE Professora Olga Fonseca	<input checked="" type="checkbox"/>
	EE Raul Saddy	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emeb Anita Catarina Malfatti	<input checked="" type="checkbox"/>
MAIÁ	Emef José Bento Monteiro Lobato	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Professor Paulo Freire	<input checked="" type="checkbox"/>
RIBEIRÃO PIRES	EE Francisco Prisco	<input checked="" type="checkbox"/>
	Emef Professor Paulo Freire	<input checked="" type="checkbox"/>

Fonte: TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) | Agência Editora de Arte

são isentas da taxa, porém, para serem certificadas precisam, em muitos casos, realizar diversas manutenções no prédio, além do investimento em equipamentos e treinamentos da brigada de incêndio”, explica Eduardo, que atua como consultor particular para regularização do AVCB.

Das sete escolas estaduais vistoriadas pelo tribunal na região, seis estão com a certificação inválida. Questionada pelo Diário sobre a irregularidade, a Secretaria de Educação do Estado não respondeu quando as unidades devem ser regularizadas nem o porquê de as instituições estarem funcionando sem o documento. A pasta alegou que “os prédios escolares estaduais

são construídos de acordo com a legislação e normas de segurança vigentes à época, inclusive com acompanhamento periódico pelas diretorias de ensino e supervisores para a solução de eventuais demandas”, disse o órgão em nota.

Em São Bernardo, São Caetano, Diadema e Ribeirão Pires todas as escolas fiscalizadas durante a ação não apresentaram AVCB válido. Juntas, as três cidades somam 16 unidades sem certificação, sendo que 11 delas são destinadas exclusivamente para o ensino de crianças de até 10 anos. A Prefeitura de Diadema informou que neste ano a Secretaria de Educação da cidade tem realizado mapeamento de escolas que necessitem de

grandes intervenções e que, a partir deste diagnóstico, as obras serão executadas nas unidades e, posteriormente, toda documentação será solicitada aos órgãos competentes, como o AVCB, por exemplo.

Já São Caetano explicou que as escolas que estão funcionando sem o documento precisam passar por grandes obras que envolvem a estrutura do espaço físico e, que os projetos já foram aprovados e devem passar por licitação. Por meio da Secretaria de Educação, o Paço são-bernardense ressaltou que todas as unidades escolares municipais passam por processo de melhorias estruturais com vistas à acessibilidade total e obtenção de AVCB.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3